

FEDERAÇÃO PORTUGUESA
DE DESPORTO PARA PESSOAS
COM DEFICIÊNCIA

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2013

**Federação Portuguesa de Desporto para
Pessoas com Deficiência**

Contribuinte n.º 502 513 934

Sede Social: Rua Presidente Samora Machel, Lote 7 – R/C Dto.

2620 – 061 Olival de Basto

Estatuto de Utilidade Pública Desportiva concedido no D.R. II série n.º244/95

Federação Portuguesa de Desporto para Pessoas com Deficiência
Contas e anexo de 2013
(montantes expressos em euros)

Balanços em 31 de Dezembro de 2013 e 2012.....	1
Demonstração dos resultados por naturezas nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012.....	2
Demonstração dos resultados por funções nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012.....	3
Demonstração dos fluxos de caixa nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012.....	4
Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012.....	5
Anexo às demonstrações financeiras.....	6
1. Nota introdutória.....	6
2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras.....	6
3. Principais políticas contabilísticas.....	6
4. Fluxos de caixa.....	12
5. Activos Intangíveis.....	12
6. Outros Activos fixos tangíveis.....	12
7. Locações.....	13
8. Rédito.....	14
9. Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.....	14
10. Subsídios do Governo e apoios concedidos.....	14
11. Efeitos de alterações em taxas de câmbio.....	15
12. Instrumentos financeiros.....	15
13. Benefícios dos empregados, pessoas ao serviço e gastos com pessoal.....	16
14. Outras Informações.....	16
15. Adiantamentos a fornecedores e Outras contas a receber.....	17
16. Estado e outros entes públicos.....	17
17. Outras contas a pagar.....	17
18. Diferimentos.....	18
19. Fornecimentos e serviços externos.....	18
20. Depreciações de activos.....	18
21. Outros rendimentos e ganhos.....	19
22. Outros gastos e perdas.....	19

Federação Portuguesa de Desporto para Pessoas com Deficiência
Contas e anexo de 2013
(montantes expressos em euros)

Balancos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012

ACTIVO	Notas	Exercício findo a 31/12/2013	Exercício findo a 31/12/2012
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	6	5.218,04	6.708,07
		<u>5.218,04</u>	<u>6.708,07</u>
Activo corrente			
Estado e outros entes públicos	16	422,75	-
Outras contas a receber	12,15	83.425,58	127.120,63
Diferimentos	18	3.900,54	4.370,75
Outros activos financeiros	4,12	60.000,00	-
Caixa e depósitos bancários	4,12	178.372,73	189.545,17
		<u>326.121,60</u>	<u>321.036,55</u>
Total do activo		<u>331.339,64</u>	<u>327.744,62</u>

FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO	Notas	Exercício findo a 31/12/2013	Exercício findo a 31/12/2012
Fundos Patrimoniais			
Fundo Social		518.865,23	472.168,45
Resultados transitados		(345.216,96)	(345.216,96)
Outras variações nos fundos patrimoniais		6.169,95	6.169,95
		<u>179.818,22</u>	<u>133.121,44</u>
Resultado líquido do período		(40.386,56)	46.696,78
Total do fundo de capital		<u>139.431,66</u>	<u>179.818,22</u>
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	9	15.930,11	15.930,11
		<u>15.930,11</u>	<u>15.930,11</u>
Passivo corrente			
Fornecedores	12	23.992,23	21.688,68
Estado e outros entes públicos	16	3.986,82	2.459,72
Diferimentos	18	42.283,45	-
Outras contas a pagar	12,19	105.715,37	107.847,89
		<u>175.977,87</u>	<u>131.996,29</u>
Total do passivo		<u>191.907,98</u>	<u>147.926,40</u>
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		<u>331.339,64</u>	<u>327.744,62</u>

O Técnico Oficial de Contas

António de Jesus Mendes Pinheiro

A Direcção

[Assinatura]

Demonstração dos resultados por naturezas nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	Exercício findo a 31/12/2013	Exercício findo a 31/12/2012
Vendas e serviços prestados	8	22.401,30	771,30
Subsídios, doações e legados à exploração	10	814.806,97	971.591,80
Fornecimentos e serviços externos	19	(259.664,79)	(299.254,54)
Gastos com o pessoal	13	(119.001,17)	(107.688,23)
Outros rendimentos e ganhos	11,21	29.299,51	21.541,78
Outros gastos e perdas	11,22	(526.526,47)	(534.706,26)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		(38.684,65)	52.255,85
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	6,2	(2.177,39)	(5.559,07)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(40.862,04)	46.696,78
Juros e rendimentos similares obtidos	21	475,48	-
Resultado antes de impostos		(40.386,56)	46.696,78
Imposto sobre o rendimento do período		-	-
Resultado líquido do período		(40.386,56)	46.696,78

O Técnico Oficial de Contas

Carine de Jesus Mendes Almeida

A Direcção

[Assinatura]

Federação Portuguesa de Desporto para Pessoas com Deficiência
Contas e anexo de 2013
(montantes expressos em euros)

Demonstração dos resultados por funções nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012

RUBRICAS	Notas	Exercício findo a 31/12/2013	Exercício findo a 31/12/2012
Vendas e serviços prestados	8	22.401,30	771,30
Custo das vendas e dos serviços prestados		-	-
Resultado bruto		<u>22.401,30</u>	<u>771,30</u>
Outros rendimentos	10,11,21	844.581,96	993.133,58
Gastos administrativos	11,13,19,22	(199.325,42)	(176.213,57)
Outros gastos	11,19,22	(708.044,40)	(770.994,53)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		<u>(40.386,56)</u>	<u>46.696,78</u>
Gastos de financiamento (líquidos)		-	-
Resultados antes de impostos		<u>(40.386,56)</u>	<u>46.696,78</u>
Imposto sobre o rendimento do período		-	-
Resultado líquido do período		<u>(40.386,56)</u>	<u>46.696,78</u>

O Técnico Oficial de Contas

Carine do Jesus Mendes Pinheiro

A Direcção

António Jorge Ribeiro Lopes

Federação Portuguesa de Desporto para Pessoas com Deficiência
Contas e anexo de 2013
(montantes expressos em euros)

Demonstração dos fluxos de caixa nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012

RUBRICAS	Notas	Exercício findo a 31/12/2013	Exercício findo a 31/12/2012
<u>Fluxos de caixa das actividades operacionais</u>			
Recebimentos de clientes e utentes		605.571,20	617.875,77
Pagamento de apoios		(171.430,68)	(183.644,00)
Pagamento de bolsas		-	-
Pagamento a fornecedores		(100.335,97)	(123.322,37)
Pagamentos ao pessoal		(114.735,13)	(99.174,87)
Caixa gerada pelas operações		<u>219.069,42</u>	<u>211.734,53</u>
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(115,60)	-
Outros recebimentos/pagamentos		(169.580,43)	(99.389,47)
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		<u>49.393,39</u>	<u>112.345,06</u>
<u>Fluxos de caixa das actividades de investimento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		(1.107,00)	(3.283,01)
Recebimentos provenientes de:			
Juros e rendimentos similares		466,11	-
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		<u>(640,89)</u>	<u>(3.283,01)</u>
<u>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</u>			
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		-	-
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		48.752,50	109.062,05
Efeito das diferenças de câmbio		75,06	(76,64)
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	189.545,17	80.559,76
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	238.372,73	189.545,17

O Técnico Oficial de Contas

Carin do Jesus Lumbor Pinheiro

A Direcção

António Jorge Ribeiro Lopes

Federação Portuguesa de Desporto para Pessoas com Deficiência
Contas e anexo de 2013
(montantes expressos em euros)

Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012

Notas	Fundos patrimoniais atribuídos aos instituidores da Federação					Total dos Fundos Patrimoniais
	Fundos	Resultados transitados	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	
Posição no início do período de 2013	472.168,45	(345.216,96)	6.169,95	46.696,78	179.818,22	179.818,22
Alterações no período						-
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	46.696,78	-	-	(46.696,78)	-	-
	46.696,78	-	-	(46.696,78)	-	-
Resultado líquido do período				(40.386,56)	(40.386,56)	(40.386,56)
Resultado integral	46.696,78	-	-	(87.083,34)	(40.386,56)	(40.386,56)
Operações com instituidores no período						
Outras operações	-	-	-	-	-	-
Posição no fim do período de 2013	518.865,23	(345.216,96)	6.169,95	(40.386,56)	139.431,66	139.431,66

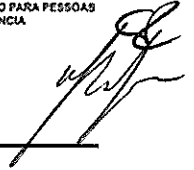
Notas	Fundos patrimoniais atribuídos aos instituidores da Federação					Total dos Fundos Patrimoniais
	Fundos	Resultados transitados	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	
Posição no início do período de 2012	472.168,45	(284.124,11)	18.871,95	(61.092,85)	145.823,44	145.823,44
Alterações no período						-
Resultado líquido do período				46.696,78	46.696,78	46.696,78
Resultado integral	-	-	-	46.696,78	46.696,78	46.696,78
Operações com instituidores no período						
Outras operações	-	(61.092,85)	(12.702,00)	61.092,85	(12.702,00)	(12.702,00)
	-	(61.092,85)	(12.702,00)	61.092,85	(12.702,00)	(12.702,00)
Posição no fim do período de 2012	472.168,45	(345.216,96)	6.169,95	46.696,78	179.818,22	179.818,22

O Técnico Oficial de Contas

Carine de Jesus Almeida Pinheiro

A Direcção

António Jorge Ribeiro



Anexo às demonstrações financeiras

1. Nota introdutória

Federação Portuguesa de Desporto para Pessoas com Deficiência, tem por objecto promover o desporto em todas as áreas de deficiência, tem a sua sede na Rua Presidente Samora Machel, Lote 7, Lj., Dto – 2620 – 061 Olival Basto, com o n.º de identificação de pessoa coletiva 502 513 934. A F.P.D.D. é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de federação com os estatutos publicados no Diário da República n.º 88/90 III série. Foi-lhe concedido o Estatuto de Utilidade Pública Desportiva no Diário da República n.º 244/95 II série e foi renovado o Estatuto de Utilidade Pública Desportiva no Diário da República n.º 78/2013 II série através do despacho n.º 5319/2013.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Direção para a emissão em 13 de Março de 2014.

A moeda funcional de apresentação das demonstrações financeiras é o Euro.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

Em 2013 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Base para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março; e
- Normas Interpretativas (NI).

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

Bases de Apresentação

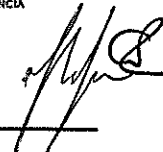
As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade ou à capacidade de cumprir os seus fins.

Regime do Acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou



do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas "Credores por acréscimos" (Nota 18) e "Diferimentos" (Nota 19).

Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

Materialidade e Agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando o Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

Políticas de reconhecimento e mensuração

Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos fixos tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de permitir atividades presentes e futuras adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais".

Bens do património histórico e cultural

Os "Bens do património histórico e cultural" encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. Os bens que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.

O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à perda desses dados. Esta mensuração também é efetuada para os bens cujo valor de transação careça de relevância devido ao tempo transcorrido desde a sua aquisição ou devido às circunstâncias que a rodearam.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta "Variações nos fundos patrimoniais".

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como ativos se e somente se gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verifiquem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

Os bens que são incorporados nas instalações ou elementos com uma vida útil diferente do resto do bem têm um tratamento contabilístico diferente do bem ao qual são incorporados, estando registado numa conta com denominação adequada dentro do ativo. São exemplo destas incorporações: sistema de ar condicionado, iluminação, elevadores, sistemas de segurança, sistemas de anti-incêndio.

Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciables. No entanto a entidade tem em conta a capacidade de permitir atividades presentes e futuras e os meios técnicos necessários para a conservação e manutenção.

As incorporações a estes bens são depreciables, sendo calculadas assim que os bens estão em condições de serem utilizados, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

Ativos Intangíveis

Os "Ativos Intangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles permitam gerar atividades presentes e futuras para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as "Despesas de investigação" incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais permitam gerar atividades presentes e futuras. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

O valor residual de um "Ativo Intangível" com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil; ou
- Houver um mercado ativo para este ativo; e

- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos "Instrumentos Financeiros" com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes.

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores /beneméritos /patrocinadores/ doadores /associados /membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a receber

Os "Clientes" e as "Outras contas a receber" encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As "Perdas por Imparidade" são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.



Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE).

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

Fundos patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo de recursos que incorporem contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

Financiamentos Obtidos

Locações

Os contratos de locações (leasing) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da “Substância sobre a forma”, isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.1. das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (por exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de "Fornecimentos e Serviços Externos".

Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este incluiu as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) *"As pessoas colectivas de utilidade pública administrativa;*
- b) *As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas colectivas àquelas legalmente equiparadas;*
- c) *As pessoas colectivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente."*

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

"A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) *Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;*
- b) *Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor -geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;*
- c) *Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas."*

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21,5% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos

Federação Portuguesa de Desporto para Pessoas com Deficiência
Contas e anexo de 2013
(montantes expressos em euros)

são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2010 a 2013 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

4. Fluxos de caixa

Para efeitos da demonstração de fluxos de caixa, o montante inscrito como caixa e equivalentes de caixa no final do período são como apresentados abaixo:

	31/12/2013	31/12/2012
Caixa	125,41	342,43
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	153.247,32	189.202,74
Depósitos bancários prazo	25.000,00	-
Outras aplicações de tesouraria	60.000,00	-
	<u>238.372,73</u>	<u>189.545,17</u>

5. Activos Intangíveis

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a rubrica de activos intangíveis apresenta a seguinte composição:

	31/12/2013	31/12/2012
Activos fixos intangíveis		
Valor bruto	59.401,60	59.401,60
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas	(59.401,60)	(59.401,60)
Quantia escriturada	<u>-</u>	<u>-</u>

O movimento ocorrido na quantia escriturada dos activos intangíveis foi como apresentado abaixo.

	Programas de Computador	Total
Quantia escriturada bruta a 31/12/2012	59.401,60	59.401,60
Amortizações acumuladas a 31/12/2012	(59.401,60)	(59.401,60)
Quantia escriturada a 31/12/2012	<u>-</u>	<u>-</u>
Quantia escriturada bruta a 31/12/2013	59.401,60	59.401,60
Amortizações acumuladas a 31/12/2013	(59.401,60)	(59.401,60)
Quantia escriturada a 31/12/2013	<u>-</u>	<u>-</u>

Vida útil

No que respeita aos activos intangíveis com vida útil finita, a Empresa estimou as seguintes vidas úteis:

	Intervalo de vida útil
Programas de computador	[3 anos]

6. Outros Activos fixos tangíveis

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a rubrica de activos fixos apresenta a seguinte composição:

	31/12/2013	31/12/2012
Activos fixos tangíveis		
Valor bruto	350.869,49	349.762,49
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas	(345.651,45)	(343.054,42)
Quantia escriturada	<u>5.218,04</u>	<u>6.708,07</u>
Equipamento administrativo	1.703,79	2.736,34
Outros activos fixos tangíveis	3.514,25	3.971,73
Quantia escriturada	<u>5.218,04</u>	<u>6.708,07</u>

Federação Portuguesa de Desporto para Pessoas com Deficiência
Contas e anexo de 2013
(montantes expressos em euros)

O movimento ocorrido na quantia escriturada dos activos, nas depreciações acumuladas e nas perdas por imparidade foi como apresentado abaixo:

	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Total
Quantia escriturada bruta a 01/01/2012	67.778,32	9.174,70	36.476,36	91.335,79	137.240,80	342.005,97
Amortizações acumuladas a 01/01/2012	(67.519,73)	(9.174,70)	(36.476,36)	(90.145,29)	(134.179,27)	(337.495,35)
Quantia escriturada a 01/01/2012	258,59	-	-	1.190,50	3.061,53	4.510,62
Aquisições	-	-	-	2.896,65	4.859,87	7.756,52
	-	-	-	2.896,65	4.859,87	7.756,52
Gastos com depreciações	258,59	-	-	1.350,81	3.949,65	5.559,07
	258,59	-	-	1.350,81	3.949,65	5.559,07
Quantia escriturada bruta a 31/12/2012	67.778,32	9.174,70	36.476,36	94.232,44	142.100,67	349.762,49
Amortizações acumuladas a 31/12/2012	(67.778,32)	(9.174,70)	(36.476,36)	(91.496,10)	(138.128,92)	(343.054,42)
Quantia escriturada a 31/12/2012	-	-	-	2.736,34	3.971,75	6.708,07

	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Total
Quantia escriturada bruta a 31/12/2012	67.778,32	9.174,70	36.476,36	94.232,44	142.100,67	349.762,49
Amortizações acumuladas a 31/12/2012	(67.778,32)	(9.174,70)	(36.476,36)	(91.496,10)	(138.128,92)	(343.054,40)
Quantia escriturada a 31/12/2012	-	-	-	2.736,34	3.971,75	6.708,09
Aquisições	-	-	-	1.107,00	-	1.107,00
	-	-	-	1.107,00	3.971,75	7.815,09
Gastos com depreciações	-	-	-	1.719,89	457,50	2.177,39
Outras operações	-	-	-	419,66	-	419,66
	-	-	-	1.719,89	4.429,25	10.412,14
Quantia escriturada bruta a 31/12/2013	67.778,32	9.174,70	36.476,36	95.339,44	142.100,67	350.869,49
Amortizações acumuladas a 31/12/2013	(67.778,32)	(9.174,70)	(36.476,36)	(93.635,65)	(138.586,42)	(345.651,45)
Quantia escriturada a 31/12/2013	-	-	-	1.703,79	3.514,25	5.218,04

Os gastos com depreciações acima identificados no montante de 2.177,39 Euros (2012: 5.559,07 Euros) encontram-se registados na (s) rubrica (s) de gastos / reversões de depreciações e depreciações.

Vida útil

Apresenta-se abaixo as vidas úteis estimadas e a taxa de depreciação do exercício dos activos fixos tangíveis amortizados de acordo como o método da linha recta:

	Intervalo de vida útil
Edifícios e outras construções	[10 anos]
Equipamento básico	[8 anos]
Equipamento de transporte	[4 anos]
Equipamento administrativo	[3 a 10 anos]
Outros activos fixos tangíveis	[1 a 10 anos]

7. Locações

Locações operacionais (como locatário)

A Empresa assumiu uma posição de locatária em contratos de locação operacional.

Contrato de locação operacional nº 094/9113 com a locadora Grenke Renting, S.A. com a duração de 60 meses e teve início a 31 de Julho de 2012.



Federação Portuguesa de Desporto para Pessoas com Deficiência
Contas e anexo de 2013
(montantes expressos em euros)

Valor mensal do aluguer é de 105,00 € + IVA.

O bem objecto de locação é uma máquina de fotocopiar de marca Xerox WC 7120 / ColorQube 8860.

O contrato de locação encontra-se denominado exclusivamente em Euros.

8. Rédito

O rédito reconhecido nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 é como apresentado abaixo:

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Rédito derivado da prestação de serviços		
Quotas ANDD'S		
ANDDI	59,86	59,86
ANDEMOT	59,86	59,86
PCAND	59,86	59,86
ANDDVIS	59,86	59,86
LPDS	59,86	59,86
Patrocinadores		
ANA	20.000,00	-
Inscrições		
Praticantes	1.146,00	72,00
Outros	956,00	400,00
	<u>22.401,30</u>	<u>771,30</u>

O rédito decorrente foi obtido no mercado nacional.

9. Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

- **PROVISÕES PARA PROCESSOS JUDICIAS EM CURSO**

Está a decorrer desde o ano de 2008 um processo judicial contra o senhor Hélder Duarte sendo a autora a Federação Portuguesa de Desporto para Pessoas com Deficiência. O valor total deste processo judicial ascende a Euros: 15.930,11 (dez mil euros) do qual não há garantia de que a FPDD venha a recuperar este montante. Foi feita uma provisão neste montante no ano de 2008. Em 2012 o tribunal decidiu arquivar o processo. Todavia, a FPDD solicitou recurso da decisão, à data do encerramento de contas ainda não tinha resposta ao recurso solicitado.

10. Subsídios do Governo e apoios concedidos

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, foram concedidos subsídios e apoios financeiros, estando identificados abaixo os de maior relevância:

Federação Portuguesa de Desporto para Pessoas com Deficiência
Contas e anexo de 2013
(montantes expressos em euros)

	31/12/2013	31/12/2012
	Montante recebido	Montante recebido
Instituto Português do Desporto e Juventude - IPDJ	332.143,79	387.832,89
Instituto Nacional para a Reabilitação - INR	125.757,50	99.159,10
Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social - IGFSS	-	72.730,43
Instituto do Emprego e Formação Profissional - IEFP	10.367,85	6.686,10
Junta de Freguesia de Olival Basto	500,00	500,00
Comité Paralímpico de Portugal	253.604,16	384.566,50
Município de Coimbra	-	17.500,00
Camãra Municipal da Amadora	1.700,00	
Banco BPI	36.000,00	
RTP	1.360,00	-
Turismo de Portugal	4.200,00	-
Ana Aeroportos	24.600,00	
Outras Entidades	6.595,35	-
	796.828,65	968.975,02

Foram reconhecidos como rendimentos na rubrica de subsídios, doações e legados:

	31/12/2013	31/12/2012
	Montante recebido	Montante recebido
Instituto Português do Desporto e Juventude - IPDJ	378.326,85	421.468,43
Instituto Nacional para a Reabilitação - INR	125.757,50	104.378,00
Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social - IGFSS	-	72.730,43
Instituto do Emprego e Formação Profissional - IEFP	6.461,92	6.196,94
Comité Paralímpico de Portugal	293.734,41	296.991,67
Outras entidades	6.685,29	535,85
Donativos	-	-
Numerário	1.750,00	31.376,00
Espécie	2.091,00	37.914,48
	814.806,97	971.591,80

11. Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a Empresa reconheceu em resultados as seguintes diferenças de câmbio.

	31/12/2013	31/12/2012
Diferenças de cambio desfavoráveis	(6,61)	(77,17)
Diferenças de câmbio favoráveis	81,67	0,53
	75,06	(76,64)

12. Instrumentos financeiros**Categorias de activos e passivos financeiros**

Na data de relato, as principais categorias de activos e passivos financeiros são como apresentadas abaixo:

	31/12/2013		31/12/2012	
	Mensurados ao custo amortizado menos imparidade	Total	Mensurados ao custo amortizado menos imparidade	Total
Activos correntes				
Outras contas a receber	83.425,58	83.425,58	127.120,63	127.120,63
Outros activos financeiros	60.000,00	60.000,00	-	-
Caixa e depósitos bancários	178.372,73	178.372,73	189.545,17	189.545,17
	321.798,31	321.798,31	316.665,80	316.665,80

Federação Portuguesa de Desporto para Pessoas com Deficiência
Contas e anexo de 2013
(montantes expressos em euros)

	31/12/2013		31/12/2012	
	Mensurados ao custo amortizado	Total	Mensurados ao custo amortizado	Total
Passivos correntes				
Fornecedores	23.992,23	23.992,23	21.688,68	21.688,68
Outras contas a pagar	105.715,37	105.715,37	107.847,89	107.847,89
	129.707,60	129.707,60	129.536,57	129.536,57

A Empresa tem uma dívida de 15.747,43 € com o fornecedor Inspired Brands, Lda. que foi decretado insolvente a 17 de Abril de 2013, montante que não reconhece uma vez que as despesas não foram aprovadas previamente. Estes créditos já foram solicitados pelo agente de insolvência e foram repudiados pelo advogado da FPDD.

13. Benefícios dos empregados, pessoas ao serviço e gastos com pessoal

Nos exercícios findos a 31 de Dezembro de 2013 e 2012 a Empresa incorreu nos seguintes gastos com pessoal:

	31/12/2013	31/12/2012
Remunerações do pessoal	98.585,66	88.669,86
Encargos sobre remunerações	19.073,54	17.631,11
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	1.014,37	1.038,89
Outros	327,60	348,37
	119.001,17	107.688,23

Durante os exercícios de 2013 e 2012 o número médio de pessoal foi o seguinte:

	31/12/2013	31/12/2012
Pessoal Técnico	2	2
Pessoal Administrativo	4	3
Estagiários	3	2

No decorrer do ano de 2013 a Federação Portuguesa de Desporto Para Pessoas com Deficiência teve a colaboração de voluntários em diversas ações conforme se apresenta:

Ação Sempre Jovens
12 Voluntários x 19 horas = 228 horas

Ação Começar pelo Início
3 Voluntários x 6 horas = 18 horas

Ação TPP
2 Voluntários x 5 horas = 10 horas

Ação da Deficiência à Eficiência
4 Voluntários x 10 horas = 40 horas

Campeonato Nacional de Verão de Natação Adaptada
6 Voluntários x 10 horas = 60 horas

14. Outras Informações

A FPDD assinou um contrato de comodato como comodatária com o município de Odivelas referente à fracção autónoma (loja) utilizada como sede pela FPDD, inscrita na matriz predial urbana sob o artigo 12329 B com o valor patrimonial 56.626,85 Euros. O contrato é de cinco anos, renovável. As despesas de funcionamento são da responsabilidade da FPDD.



Federação Portuguesa de Desporto para Pessoas com Deficiência
Contas e anexo de 2013
(montantes expressos em euros)

Nos termos do artigo 66-A ou 508-F do Código das Sociedades Comerciais,

Os honorários de revisão legal de contas do exercício de 2013 ascendem a 1.296,00 Euros.

15. Adiantamentos a fornecedores e Outras contas a receber

O detalhe das rubricas de balanço de adiantamentos a fornecedores e contas a receber é como apresentado abaixo:

Outras contas a receber	31/12/2013	31/12/2012
Acréscimo de rendimentos		
CP 167/DDF/12 AR E SN		11.700,00
CP 160/DDF/12 DPD		14.170,00
CP 181/DDF/12 ET	-	4.490,00
CP 35/DFQ/2012 FRH		15.275,55
Programa de financiamento do INR às ONG		5.218,90
Preparação Paralímpica Rio 2016	40.130,25	-
Outros acréscimos rendimentos	9.619,58	-
Outros devedores		
ANND'S	11.340,94	2.444,59
CPP	102,36	50.355,14
Outras entidades	22.232,45	23.466,45
	<u>83.425,58</u>	<u>127.120,63</u>

16. Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 a rubrica de Estado e outros entes públicos apresenta a seguinte composição:

	31/12/2013		31/12/2012	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
Imposto sobre o rendimento				
Retenções na fonte	115,60	-	-	-
Retenções efectuadas a terceiros	-	1.181,00	-	783,25
Imposto sobre o valor acrescentado				
Conta corrente	307,15	-	-	-
Contribuições para sistemas de protecção social	-	2.805,82	-	1.676,47
	<u>422,75</u>	<u>3.986,82</u>	<u>-</u>	<u>2.459,72</u>

17. Outras contas a pagar

O detalhe das rubricas de balanço de outras contas a pagar é como apresentado abaixo:

Outras contas a pagar	31/12/2013	31/12/2012
Acréscimo de gastos		
Remunerações a liquidar	14.151,35	12.923,79
Comunicações	315,74	350,54
Electricidade	200,00	381,79
Contratos programa		
Alto rendimento eselecções nacionais	5.462,20	9.216,32
Desenvolvimento da prática Desportiva	7.796,33	8.740,06
CP 198/07 Preparação Pequim	-	9.048,48
Estimativa Percas de vencimento 2008	-	2.306,18
Preparação Paralímpica CP 160 e 160A de 2008	-	441,51
CP 11 FRH 2013	1.981,01	-
CP EDI Síndrome Down	7.500,00	-
Outros contratos Programa	224,47	-
Prémios Mérito Desportivo	13.249,35	-
Credores Diversos		
ANDD's	36.364,96	58.254,00
Entidades Desportivas	1.042,03	395,00
Outras Entidades	17.427,93	5.790,22
	<u>105.715,37</u>	<u>107.847,89</u>



Federação Portuguesa de Desporto para Pessoas com Deficiência
Contas e anexo de 2013
(montantes expressos em euros)

18. Diferimentos

Na data de relato a rubrica de diferimentos apresentava a seguinte composição:

	31/12/2013	31/12/2012
Diferimentos activos		
Gastos antecipados		
Filiações Internacionais	2.530,85	2.038,00
Seguros	748,86	625,60
Outros diferimentos	620,83	1.707,15
	3.900,54	4.370,75
Diferimentos passivos		
Prémio BPI Seniores 2014	36.000,00	
Estágios	4.583,45	-
Outros rendimentos a reconhecer	1.700,00	-
	42.283,45	-

19. Fornecimentos e serviços externos

Os gastos reconhecidos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 relativamente à rubrica de fornecimentos e serviços externos são como apresentados abaixo:

	31/12/2013	31/12/2012
Trabalhos especializados	8.341,52	7.507,92
Publicidade e propagação	7.218,55	7.936,97
Honorários	33.524,18	35.269,22
Vigilância e segurança	487,28	542,00
Conservação e reparação	1.539,97	2.179,98
Material de escritório	3.312,53	3.343,19
Artigos para Oferta	42,78	34,25
Electricidade	2.428,45	2.383,37
Combustíveis	11.407,64	11.294,47
Água	308,84	286,52
Deslocações e estadas	112.788,55	98.787,19
Transportes de Pessoal	2.400,00	-
Transportes de Mercadorias	623,31	799,50
Rendas e alugueres	2.041,80	39.292,28
Comunicação	6.548,37	6.121,57
Seguros	6.244,79	9.375,94
Contencioso e notariado	-	183,60
Ferramentas e utensílios	1.426,72	593,94
Limpeza, higiene e conforto	3.686,28	3.831,76
Despesas Bancárias	668,70	400,07
Outros fornecimentos e serviços externos		
Reembolsos Percas de Vencimento	7.182,11	12.177,36
Despesas Médicas	12.336,59	12.450,66
Material Desportivo Preparação	29.176,00	28.358,41
Outros	5.929,83	16.104,37
	259.664,79	299.254,54

20. Depreciações de activos

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o resumo dos gastos com depreciações de activos é como apresentado abaixo:

	31/12/2013	31/12/2012
Activos fixos tangíveis (Nota 6)	2.177,39	5.559,07
	2.177,39	5.559,07

Federação Portuguesa de Desporto para Pessoas com Deficiência
Contas e anexo de 2013
(montantes expressos em euros)

21. Outros rendimentos e ganhos

Na data de relato a rubrica de outros rendimentos e ganhos apresenta a seguinte composição:

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Diferenças de Câmbio Favoráveis	81,67	0,53
Correcções relativas a períodos anteriores	14.225,31	12.772,35
Imputação de Sub. Para Investimento	-	3.011,59
Reembolso de despesas	14.583,73	5.757,29
Juros obtidos	475,48	-
Outros	408,80	0,02
	<u>29.774,99</u>	<u>21.541,78</u>

22. Outros gastos e perdas

Na data de relato a rubrica de outros gastos e perdas apresenta a seguinte composição:

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Impostos	54,76	194,10
Correcções relativas a períodos anteriores	4.719,97	5.572,82
Multas e penalidades	2,00	-
Quotizações / filiações	6.929,97	5.752,49
Inscrições	57.656,21	39.855,81
Franquias seguros	875,00	1.125,00
Diferença de câmbio desfavoráveis	6,61	77,17
Custos c/apoios financeiros concedidos a associados utentes	456.235,76	482.128,87
Juros de mora	20,19	-
Outros	26,00	-
	<u>526.526,47</u>	<u>534.706,26</u>

O Técnico Oficial de Contas

António de Jesus Mendes Pinheiro

A Direcção

António de Jesus Mendes Pinheiro